

A TRAJETÓRIA DE UMA IDÉIA: O PENSAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DA CORTE DE BRAGANÇA PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

*Rodrigo Touse Dias LOPES**

- RESUMO: O objetivo central deste texto é o de apresentar de maneira resumida os momentos da História portuguesa onde a idéia da transferência da Corte de Bragança para a América portuguesa foi aventada, umas vezes como exílio em lugar seguro (como com o Prior do Crato, ainda em 1580), outras como expressão de um projeto maior, o de criação de um poderoso império luso-brasileiro sediado na América portuguesa, defendido, por exemplo, pelo diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Apresentada dessa forma, a imagem de fuga desesperada, perpetuada na História, tende a perder-se nessa perspectiva de idéia persistente que ora apresentamos.
- UNITERMOS: História portuguesa; Trasladação da Corte portuguesa; Prior do Crato; Padre Vieira; D. Luís da Cunha; Marquês de Pombal; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Um dia chuvoso, nublado. O mar, repetindo o nervosismo dos portugueses, revoltava-se ele também. Barro se acumulava sob as carruagens que chegavam ao cais, incessantemente, trazendo a nobreza portuguesa para protagonizar o que se pensava talvez fosse seu último ato em palco europeu. Muitas pessoas se acotovelando para conseguir subir a bordo de uma das embarcações inglesas ou portuguesas enquanto algumas damas da sociedade lisboeta se afogavam na tentativa de alcançar um navio que lhes desse refúgio. Famílias nobres que não se

* Graduado em História – Unesp Franca.

prepararam (por descrença ou morosidade) tendo que embarcar levando não mais que as roupas do corpo e o que mais pudessem carregar com as próprias mãos. No meio dessa confusão, chegava o Príncipe Regente ao cais numa carruagem que não trazia os emblemas da realeza (para não chamar a atenção das pessoas contrárias ao embarque e não despertar em suas mentes alguma reação violenta) e por isso sem encontrar sequer quem o recebesse, terminando por atravessar o chão lamacento "sobre pranchas mal postas, sustentado por dois cabos de policia" (LIMA, 1996, p.53). Enquanto isso, o povo, excluído, assistia ao espetáculo da partida, vendo partir o rei a abandonar os portugueses à própria sorte. E para empurrar essa massa de nobres portugueses ao mar vinha chegando a Lisboa o encarregado de Napoleão para a invasão e conquista de Portugal, o general Junot acompanhado de um exército franco-espanhol.

É dessa forma anedótica, curiosa e superficial que muitas vezes o episódio da trasladação foi tratado pela historiografia chamada tradicional. Recentemente o estudo desse período conseguiu novo fôlego, reconhecendo a importância do tema para a História do Brasil e também de Portugal. Com efeito, a percepção da transferência como vinha sendo feita resulta "numa leitura que limita a compreensão do processo de independência e de formação de um Estado monárquico imperial no Brasil do século XIX" (LYRA, 1994, p.116), bem como não dá a margem necessária para a compreensão de que a transferência, para Portugal, deve ser tratada como resultado de um processo, não como ato de fuga ou covardia. O que pretendemos com este artigo é justamente contribuir para o alargamento e aprofundamento da visão do processo que a historiografia por muito tempo relegou a segundo plano: o processo de transmigração da Corte de Bragança para a América portuguesa.

Durante o estudo desse processo é importante pensarmos: onde está inserido o povo? Quando dizemos 'os portugueses' a quem nos referimos? Ao que reporta a expressão 'povo português'? Não deve parecer que é simplesmente um país disputando posições de hegemonia ou pelo menos posições um pouco mais confortáveis no complicado jogo de xadrez que a Europa, pouco a pouco, ia se tornando, tendo no seu interior uma massa uniforme de pessoas engajadas no que poderíamos chamar de 'interesses nacionais'. Antes, no bojo dessa sociedade existem

particularidades que justificam falarmos em grupos distintos que, não raras vezes, de dentro do próprio Portugal, posicionavam-se aversamente ao que chamamos acima de 'interesses nacionais'.

Dessa forma, admitindo que não estaremos falando em massas uniformes, podemos usar o termo 'português' ou 'sociedade portuguesa' para expressar o conjunto que – apesar da tensão particular que cada grupo distinto exerce no interior da sociedade – em determinado momento pode ser caracterizado por um grupo que se torna determinante e leva, empurra ou mesmo força o restante do país em certa direção.

O projeto de transferir a sede da monarquia portuguesa para a sua gigantesca colônia americana não foi expediente inventado e adotado apressadamente no início do século XIX frente à grave crise que se instalava na Europa e colocava Portugal particularmente em situação complicada entre os interesses de Inglaterra e França. Antes, a idéia de ir fazer na colônia americana a sede do império português ganhava eco e cores vivas já desde o século XVI, nos momentos em que a fragilidade na defesa do reino era explicitada por ameaças estrangeiras ou crises internas, freqüentemente ambas. Em seus primeiros momentos, a transferência da Corte foi pensada não como uma maneira de incrementar a colônia, promover o desenvolvimento de seus povos ou unificar regiões afastadas – apesar de essas serem algumas conseqüências da presença da sede administrativa da Coroa – mas sim como uma forma de resolução dos problemas que Portugal encontrava para se manter independente frente a outras nações européias, notadamente Espanha e França.

Assim foi com o Prior do Crato (ou D. Antonio), quando tornou-se pretendente à Coroa portuguesa em 1580. O problema da sucessão portuguesa já estava na ordem do dia desde o reinado de D. Sebastião, que não deixou herdeiro direto à Coroa. Após sua morte, em 1578, assumiu D. Henrique que, com sessenta e seis anos e tendo vivido uma vida celibatária, deixou o problema da sucessão apenas adiado. Enfim, em 1580 novamente instalou-se a crise: os pretendentes mais fortes eram o filho de Dona Isabel, Felipe II da Espanha, e D. Antônio, filho de D. Luís, o segundo filho homem de D. Manuel.

Após as falsas notícias de uma invasão espanhola no Alentejo (apesar de as tropas estarem a caminho), a população de Santarém logo aclamou D. Antonio seu novo rei. Mas quando as invasões espanholas

tornaram-se realidade e Felipe II conseguiu oficialmente e à força o trono português unindo as duas coroas, o Prior do Crato foi “aconselhado a viajar para o Brasil e ali fundar um grande império” (LYRA, 1994, p.107). Pode não ter aceitado o conselho por patriotismo, dúvida ou por achar-se, naquele tempo, incapaz de reunir forças o suficiente para constituir um império seguro no Brasil. Como informa Joaquim Veríssimo Serrão,

não dispondo de forças organizadas, nem de recursos ou armas, estando para mais rodeado de traidores que comprometiam o êxito de sua causa, não era possível, ao rei eleito, deter a marcha do inimigo (SERRÃO, 1978, p.89).

O mais provável, no entanto, é que o Prior do Crato se achava forte o suficiente para lutar pela reconquista da Coroa portuguesa e da independência de seu país, principalmente como o apoio inglês que esperava conseguir. Falhando o acordo com os ingleses por culpa de ameaças navais espanholas, foi D. Antonio buscar apoio e refúgio em França, onde obteve navios e armas que cobriram sua retirada para a Ilha Terceira (SERRÃO, 1979, p.25).

O que mais nos interessa aqui é saber que no primeiro momento de crise da monarquia portuguesa (com a morte do rei) a idéia de que o Brasil constituía o refúgio ideal apareceu. Porém não podemos pensar ainda, em idos de 1580, que a América Portuguesa surgisse como possibilidade para a criação de um poderoso império aliado a Portugal, ou seja, que a idéia da transferência fosse já algum projeto político ou administrativo português, mas se a idéia foi aventada, é fato que a América lusitana não figurava no imaginário de ao menos parte da população portuguesa como uma simples colônia ultramarina.

Pouco mais de sessenta anos depois, em 1647, durante a Guerra da Restauração (1640-1668) foi enviado o Padre Antônio Vieira à França e à Holanda aparentemente porque o rei “não estava satisfeito com alguns relatórios pouco coerentes que havia recebido dos seus embaixadores em Paris e Haia” (PRESTAGE, 1928, p.40). Porém, secretamente Vieira levava instruções diferentes: devia o jesuíta conseguir o apoio dos franceses caso Espanha e Holanda negociassem a paz e deixassem Portugal isolado frente aos dois possíveis adversários. Para tanto, Vieira deveria oferecer o casamento entre o príncipe português D. Teodósio e a princesa francesa Mademoiselle de Montpensier, filha do duque de Longueville ou

outra princesa qualquer que fosse do agrado dos ministros franceses. Com o casamento, o rei português iria se retirar para os domínios ultramarinos deixando Portugal para ser governado pelo pai da noiva em regime de Regência, pois D. Teodósio ainda não havia chegado à maioridade. Os franceses, contudo, não aceitaram a proposta alegando as dificuldades de impôr outro rei estrangeiro ao povo português, a instabilidade do governo de D. João IV que, após oito anos de reinado, ainda não havia se consolidado no poder (a ponto de fazer uma oferta desse tipo) e principalmente a suspeita de que, chegado o momento da partida, o rei se negasse a cumprir o acordo.

O marquês de Niza recebeu instruções semelhantes às de Vieira no final do mesmo ano, inclusive com a possibilidade de o príncipe português abdicar do dote da princesa. Foi à Paris carregando trezentos mil cruzados para distribuir em forma de presentes, como meio para conseguir o apoio dos nobres franceses à causa portuguesa. Porém, anos mais tarde, como notou Edgard Prestage, Niza escreveu ao Regente D. Pedro pedindo uma recompensa por não haver obedecido aquelas instruções, ao contrário de Vieira, a quem disse que

não era ele (Niza) o vassalo que havia de entregar o Reino de Portugal aos franceses, e que antes queria cortar as mãos do que assinar tal tratado (PRESTAGE, 1928, p.41).

O marquês de Niza bem podia escrever esta carta porque D. Teodósio veio a falecer pouco tempo depois das instruções, revelando que, se a idéia do casamento entre as Coroas de Portugal e França e a conseqüente trasladação do rei para o ultramar houvessem se concretizado, o reino português seria realmente entregue aos franceses. Os motivos que possuía Vieira para a defesa da idéia de trazer para a América portuguesa a Corte devem ser analisados levando-se em conta o que pensava o Padre a respeito da colônia brasileira, os anos em que ele viveu por aqui e sua ação política em defesa dos interesses coloniais que ajudaram a trazer notoriedade ao padre jesuíta. Mas a trasladação, naquele momento, não parece haver sido fruto apenas da habilidade política de Vieira ou de sua defesa da colônia. Como informou David Rabello, ainda em 1647, 108 embarcações portuguesas perderam sua

bandeira para a Holanda, tomadas ou naufragadas e em 1648 foram mais 141 navios (RABELLO, 1996, p.23). Ora, para um país que necessita do trato mercantil marítimo e conta com uma frota de aproximadamente 300 embarcações, perder 249 delas foi, sem dúvida, fato de enorme gravidade.

Levando esses fatores em conta, o que devemos aqui é ressaltar o momento em que a idéia veio à tona: novamente debilidade na defesa do território com a possibilidade de isolamento frente à Espanha e à Holanda. Nos momentos que antecederam e procederam a dominação espanhola em Portugal a idéia de trasladar a Corte para a América portuguesa ganhou vulto, uma vez com o Prior do Crato e depois com o Padre Antônio Vieira. Tratada em âmbito secreto, ela não devia constituir um projeto político nos moldes que a ilustração vai permitir um século depois, quando D. Luís da Cunha e Pombal defenderam a idéia da transmigração.

D. Luís da Cunha foi, sem dúvida, um dos mais fervorosos defensores dos interesses portugueses em seu tempo. Diplomata hábil e renomado, enquanto viveu na Corte inglesa pôde observar as razões da crescente dependência portuguesa frente à Inglaterra. Como forma de protesto e combate a essa situação, D. Luís da Cunha apenas freqüentava as Cortes de Londres e Paris vestindo-se com roupas feitas de tecidos portugueses. Pode parecer anedótico essa passagem, mas numa sociedade de Corte, onde os emblemas são tão importantes, é significativa a atitude de Luís da Cunha. Era, portanto, de fora de Portugal que o ministro refletia e atuava sobre os problemas de seu país.

A atitude de combate ao tipo de política engendrada pelo governo português, interna e externamente – feita por D. Luís da Cunha e outros intelectuais de prestígio no começo do século XVIII – garantiu-lhes o apelido de “estrangeirados”, por que aplicavam em Portugal idéias e modelos estrangeiros. José Hermano Saraiva traçou um perfil interessante desses intelectuais:

a atitude mental dos estrangeirados caracterizava-se pelo iluminismo, pelo empirismo, pelo utilitarismo. Acreditavam que o atraso português era conseqüência da falta de cultura; para conseguir o progresso, era necessário espalhar as luzes da razão moderna; as duas idéias – progresso e iluminismo – mal se distinguem (SARAIVA, 1979, p.239-240).

Por outro lado, Kenneth Maxwell não viu os estrangeirados tão estrangeirados assim, pois de acordo com ele

além do debate filosófico, que foi característico da Europa católica nesse período, havia uma importante corrente de pensamento específica de Portugal. Era um conjunto de idéias e discussões sobre governo, economia e diplomacia que surgiu na primeira metade do século XVIII, em um grupo pequeno mas influente de representantes ultramarinos e ministros do governo de Portugal. Às vezes os membros desse grupo eram chamados pejorativamente de ‘estrangeirados’, devido a sua suposta obsessão por modelos estrangeiros. Mas na verdade a preocupação deles era, no fundo, um produto do meio português (MAXWELL, 1996, p.14).

A partir desta sua visão privilegiada acerca da situação portuguesa no século XVIII, D. Luís da Cunha viria a propor a transladação da Corte ao rei D. João V (1707-1750), porém sob nova argumentação. Consciente da debilidade do reino em sua defesa e da posição de dependência que se formava, por um lado, com a compra cada vez maior de tecidos ingleses e, por outro, com a exploração em larga escala de produtos coloniais, a ponto de dizer, como citou Maria de Lourdes Viana Lyra, “ser mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja” (LYRA, 1994, p.108), D. Luís da Cunha promoveu e defendeu a idéia de instalar na América portuguesa um grande império, tomando o rei o título de Imperador do Ocidente.

No entanto o recurso do traslado não deve ter surgido nesse momento apenas como resultado de uma reflexão, mesmo que profunda, do ministro Luís da Cunha acerca das potencialidades da colônia americana; é certo que as instabilidades por que passava a Europa desde a Guerra de Sucessão da Espanha e os conflitos subseqüentes entre os vizinhos mais próximos estimularam a formulação de uma idéia como essa. Apesar disso, D. Luís da Cunha parece haver sido o primeiro a encarar o traslado realmente como um ‘projeto político’, não tão desenvolvido como será no final do século XVIII, mas já pontuando as potencialidades da colônia e a dependência da metrópole aos seus produtos. A partir desse momento, os reformistas ilustrados portugueses começavam a admitir a idéia da transferência da Corte no interior de seu plano político.

É inserido nesse pensamento que vai se desenvolver o projeto do herdeiro político de D. Luís da Cunha: Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que passou à História como o marquês de Pombal. O seu período de preeminência coincide com o reinado de D. José I (1750-1777), um monarca mais interessado “na caça e nas óperas” (MAXWELL, 1996, p.4, nota 10) que na política. Mas é após o trágico terremoto acontecido em Lisboa no dia de Todos os Santos de 1755 que Pombal, em nome da reconstrução da capital, conquista efetivamente grande poder. Porém, se D. Luís da Cunha foi expoente entre os estrangeirados, o marquês de Pombal representava perfeitamente o que se convencionou chamar de déspota esclarecido. Era homem de ação; porém, como notou Antonio Sérgio,

não esteve à altura de sua falange: faltava-lhe a ele a generosidade de espírito, o horizonte mental, a largueza de vistas que foram o timbre dos estrangeirados (SERGIO, 1972, p.103).

Todavia, não podemos esquecer que em Portugal, assim como no restante da Europa, as idéias dessa idade da lógica, do racionalismo, não se instalaram da noite para o dia transformando todo um modo de pensar, de agir, enfim, de viver imbricado de tradições seculares num amontoado de novas idéias que elegeram o homem o centro do mundo e a ciência o seu Deus. Antes, esses dois modos de pensar o homem entraram em conflito e o que prevaleceu durante aquilo que Maxwell chamou de “o longo século XVIII” português foi a disputa, palmo a palmo, pelo governo e também pelo imaginário da população, o que pode ser comprovado pelos relatos onde aparecem um sem número de pessoas indo saudar o enviado de Napoleão para a conquista de Portugal, o general Junot, durante as invasões francesas, como o libertador dos portugueses, em 1808.

É sobre essa linha tênue que separa tradição e inovação, meios despóticos e objetivos esclarecidos, que devemos inserir e compreender a atuação do marquês de Pombal. Suas ações, resultados de combinações de métodos despóticos e absolutistas esclarecidos, formam o paradigma da situação portuguesa durante toda a metade final do século XVIII: a adoção de métodos esclarecidos para tentar tornar novamente hegemônica uma forma de controle do poder que estava em decadência.

Dentro desse cipoal de convicções e perspectivas o Marquês de Pombal também enxergou, assim como D. Luís da Cunha, que melhor futuro teria o reino português se instalasse sua cabeça administrativa do outro lado do Atlântico.

Já no final do século XVIII ocorreu o aparecimento de um grupo de pessoas no palco político português que se tornariam posteriormente conhecidos como ‘geração de 1790’. Figura de destaque dentro dessa geração, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ainda em 1790 publicou, com a aprovação da Academia de Ciências de Lisboa, o seu ‘Discurso sobre a verdadeira influência das minas de metais preciosos na indústria das nações que as possuem e, em especial, da portuguesa’ onde contestava a idéia de que foi a diminuição do fluxo de ouro proveniente das minas do Brasil o responsável pela estagnação na qual se encontrava Portugal.

Para D. Rodrigo de Sousa Coutinho a verdadeira causa do atraso português tinha raízes mais antigas e profundas que chegavam ao Tratado de Methuen assinado em 1703 com a Inglaterra. Ou seja, quase noventa anos depois, D. Rodrigo repetia a atitude de D. Luís da Cunha, combatendo o Tratado como gerador de malefícios à Portugal. Não pensemos, por sua atitude, que Sousa Coutinho posicionava-se contra a Inglaterra e numa análise dicotômica, por conseqüência, defendia os franceses. O que fazia o ministro português era não mais que a defesa de Portugal. Enquanto ministro, D. Rodrigo mobilizou um considerável grupo de ultramarinos eruditos e técnicos para montar um plano de reformas políticas, técnicas, econômicas e administrativas com vistas a aprimorar a relação entre metrópole e colônia. Nesse período foram feitos relatórios sobre as condições de mineração na colônia e quais os métodos mais modernos que deveriam ser empregados para uma exploração e administração mais eficientes. Dentro dessas novas idéias a colônia era pensada não apenas como fornecedora das matérias-primas de que necessitava a metrópole, mas sim como

provincias da monarquia, (*que deveriam ser*) condecoradas com as mesmas honras e privilégios que se concederam aos seus habitantes e povoadores, todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia (SERRÃO & MARQUES, 1986, p.379).

O pensamento de elevar o status político da colônia para o de uma província reunida num mesmo sistema administrativo, no entanto, talvez não seja uma preocupação infundada. Após os acontecimentos em Minas e Bahia estava claro para D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, para que as bases continuassem as mesmas, mudanças seriam necessárias na superfície. Isso pode explicar, por exemplo, a nomeação de brasileiros (inclusive de alguns com parentes envolvidos na Inconfidência) para altos cargos administrativos em 1801, um ano após Sousa Coutinho tornar-se presidente do Erário Régio e começar a colocar em prática algumas reformas no Brasil.

Mas o início da expansão francesa exige adequação dos planos propostos por D. Rodrigo, exatamente no momento em que a política portuguesa sofre uma bipolarização em torno de Inglaterra e França. Em 1803 finalmente Sousa Coutinho apresenta seu plano para a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Uma proposta aceitável para muitos portugueses e brasileiros, mas não todos. Para a elite portuguesa que não dependia exclusivamente do comércio com a Inglaterra a proposta era aceitável pela segurança de estar afastada dos conflitos que começavam a pontuar na Europa, bem como para uma melhor administração da parte mais rica do reino. Já para os brasileiros a proposta representava a consolidação da monarquia como forma de governo (não nos referimos aqui ao debate sobre a independência), afastando o republicanismo, que nesses momentos vinha acompanhado das idéias de insurreições e revoluções.

O que percebemos, então, é que a idéia do traslado ganha novos componentes e serve a novos ideais não sistematizados nas propostas que surgiram anteriormente. Idealizada como elemento de um projeto maior, de reforma administrativa e embasada numa situação externa instável, o momento parecia ideal para a realização de uma transferência segura.

Os defensores da idéia do traslado, seus simpatizantes e todos aqueles que eventualmente não desejavam cumprir as ordens vindas da França revolucionária para suspender o trato comercial e o apoio estratégico aos ingleses, por motivos ideológicos e principalmente financeiros, agruparam-se no que se convencionou chamar de 'partido inglês'. É neste grupo que encontramos inserido D. Rodrigo de Sousa

Coutinho, mais por apoiar a trasladação que por simpatizar demais com os ingleses. A resistência vinha, por sua vez, do chamado 'partido francês', um grupo de intelectuais, políticos e comerciantes que teriam muito mais a perder vindo para a colônia americana que entregando a Coroa aos franceses. Por certo esse grupo era engrossado pelos sofrendores de anglofobia, esperançosos de ter naquele momento a oportunidade de se livrarem da órbita inglesa. Outro ponto de resistência à transferência foi feito pelo grupo que se beneficiava com a rentável política de neutralidade engendrada por Portugal desde o do século XVIII, ansiando manter essa situação o quanto fosse possível.

Por isso, o período de 1803 a 1807 em Portugal foi marcado pela bipolaridade política e pela ambigüidade diplomática, muitas vezes confundida com inércia, mas que na verdade consumia muito esforço e dinheiro para ser mantida em curso. Essa situação pôde ser mantida até que, em 1807, após a imposição de um bloqueio terrestre e comercial à Inglaterra pela França (1806) ao qual Portugal não poderia participar e a imposição de outro bloqueio, dessa vez marítimo, imposto pela Inglaterra contra a cidade de Lisboa, o reino peninsular se encontrou sem espaço para outra manobra diplomática e a situação portuguesa era a seguinte: cumprir as ordens francesas e ser bombardeado pelos navios ingleses que obstruíam a costa portuguesa ou usar esses mesmos navios ingleses para cobrir sua retirada para as terras americanas. Tendo em vista que o exército franco-espanhol já marchava em território luso, o que significava a perda da Coroa, não parece que Portugal possuiu enfim outra alternativa senão a da retirada estratégica.

O que procuramos, portanto, com este breve artigo, foi mostrar que a vinda da Corte para a América portuguesa, ao invés de ser explicada como uma rápida e mal preparada reação à expansão francesa colocada em curso pelo furor napoleônico, pode ser entendida como parte de um projeto político reformista português, concebido com base no pensamento iluminista ao longo do século XVIII que visou - em meio à conturbada situação européia e catalisado pela invasão francesa ao território luso - preservar a Coroa e a parte mais rica do reino de Portugal: o Brasil.

Desse modo, compreendendo a transferência como resultado de um processo parece um tanto forçoso, afinal, admitir que ela tenha sido idéia tomada de última hora, ainda que não seja falso dizer que foi posta

em prática no momento final e crítico - como a mosca que aguarda até o último instante para desviar da palmada do gigante e safar-se ouvindo o trovão das mãos nervosas atrás de si. Encarada dessa maneira, a pergunta feita não é mais porque veio a Coroa para a colônia, mas sim porque demorou tanto?

LOPES, Rodrigo Touse Dias. The trajectory of an idea: the thinking of transference of the Bragança Court to the Portuguese America. *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.9-21, 2002.

- **ABSTRACT:** *The central objective of this work is a summarized present of some moments of the Portuguese History, where the idea of transference of the Bragança Court to the Portuguese America was ventured, sometimes as exile in a security place (like with Prior do Crato, in 1580), other times like expression of a major project, the creation of a powerful portuguese-brazilian empire seated in the Portuguese America, defended, for exemple, by the diplomat D. Rodrigo de Souza Coutinho. Presented in this form, the image of despaired escape, perpetuated in History, has the inclination to stray in this perspective of persistent idea that now we present.*
- **KEYWORDS:** *Transference of the Portuguese Court; Prior do Crato; Vieira; D. Luís da Cunha; Marquis Pombal; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, O. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LYRA, M. de L. V. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1816. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PRESTAGE, E. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

RABELLO, D. *O Teatro e a Arena: Portugal na política europeia desde os primórdios até o início do século XIX*. São Paulo: Arte & Cultura, 1996.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1979.

SERGIO, A. *Breve interpretação da História de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

SERRÃO, J.V. *História de Portugal*. O século de ouro (1495-1580). v.3. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

_____. *História de Portugal*. Governo dos reis espanhóis (1580-1640). Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, J. V. & MARQUES, A. H. O. (dir.). SILVA, M. B. N. da. (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império Luso-brasileiro (1750-1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1986.